

Boletim do Conselho

Informativo do Conselho Nacional de Saúde – Julho, 2003 • ano 4 n.º 29 • MENSAL

SAÚDE:

“UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO – A SAÚDE QUE TEMOS, O SUS QUE QUEREMOS”



FOTO: Luis Oliveira

Abertura da plenária da 132.ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, com presença do Ministro Humberto Costa

A saúde como um direito de todos e dever do Estado foi implantada por nossa Constituição Federal de 1988, como resultado da luta incansável de segmentos da sociedade civil organizada. Por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o Estado comprometeu-se a oferecer a todos os brasileiros, indiscriminadamente, um atendimento integral à saúde.

Ao longo desses 15 anos, o SUS vem resistindo a cortes orçamentários, críticas e boicotes e mantém-se firme para garantir o cumprimento dos princípios constitucionais de universalidade, equidade e integralidade. Mas também acumulou problemas e distorções, apresentando novos desafios a serem enfrentados pelo Sistema.

Com o novo momento histórico que vivemos – a eleição de um Presidente

da República oriundo do movimento social e sindical, cuja prioridade de seu programa é a área social – é necessário fazer um balanço dos avanços no SUS e avaliarmos o que deve ser feito para garantir o acesso de todos à saúde.

Nesse contexto, o plenário do Conselho Nacional de Saúde aprovou a antecipação da 12.ª Conferência Nacional de Saúde para dezembro deste ano, tendo como tema central: “Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos”.

Esse debate, que contará com quase três mil representantes de todos os estados brasileiros, será a base para a elaboração de um Plano Nacional de Saúde que permitirá a consolidação efetiva de um sistema único de saúde.

Conferência

Em setembro deste ano, acontecerá a I Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica.

página 2

Recomposição do Conselho

O plenário aprovou a recomposição do Conselho Nacional de Saúde em sua reunião ordinária do dia 3 de julho.

página 3

Opinião

Nesta edição, publicamos dois artigos sobre a 12.ª Conferência Nacional de Saúde.

página 4

Agenda

Fique por dentro das reuniões, fóruns, debates e atividades afins relacionados à saúde e ao controle social.

página 3

Saúde Suplementar

O Fórum sobre Saúde Suplementar definiu algumas propostas para o setor. Confira.

página 4

12ª Conferência Nacional de Saúde

CONFERÊNCIA DEBATERÁ O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

“Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos”. Este foi o tema escolhido para ser discutido na 12.ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá de 7 a 11 de dezembro deste ano, em Brasília-DF. O objetivo é analisar os avanços e retrocessos do Sistema Único de Saúde nos seus 15 anos de existência.

A realização da Conferência Nacional será precedida por etapas municipais e estaduais, quando serão debatidos previamente os temas centrais. Os municípios terão até 30 de setembro e os estados até 31 de outubro para promoverem essas etapas, quando serão escolhidos os delegados para a Conferência Nacional. Esses delegados terão a missão de levar o resultado das análises e propostas de diretrizes para a saúde pública no Brasil à discussão nacional.

Os documentos básicos que orientarão o debate serão o Desenvolvimento do SUS no Brasil: avanços, desafios e reafirmação dos princípios e diretrizes, produzido pelo CNS, e o programa de governo do atual Presidente da República.

Temas

A discussão da 12.ª Conferência Nacional passa por nove eixos temáticos contemplando-se, em cada eixo, o controle social:

- Direito à saúde
- A seguridade social e a saúde
- A intersectorialidade das ações de saúde
- As três esferas de governo e a construção do SUS
- A organização da atenção à saúde
- Gestão participativa
- O trabalho na saúde
- Ciência e tecnologia e a saúde
- Financiamento da saúde

1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE MEDICAMENTOS E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

O Conselho Nacional de Saúde irá promover, entre 15 e 18 de setembro deste ano, em Brasília, a 1.ª Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, a fim de debater temas de interesse para este setor e propor diretrizes e estratégias para a formulação e efetivação de ações que garantam o acesso, qualidade e humanização dos serviços em saúde, sempre com controle social.

Com o tema “Efetivando o acesso, a qualidade e a humanização na assistência farmacêutica com controle social”, o evento terá três eixos temáticos: acesso à assistência farmacêutica; pesquisa e desenvolvimento tecnológico para a produção nacional de medicamentos; e qualidade na assistência farmacêutica, formação e capacitação de recursos humanos.

Como na Conferência Nacional de Saúde, a Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica será realizada em três etapas: municipais, estaduais e nacional. Nas fases municipais e estaduais serão escolhidos os delegados que terão direito a voz e voto na Conferência Nacional. No entanto, nas três etapas tem que ser observada a representação paritária: 50% usuários, 25% representantes do governo e prestadores de serviço e 25% profissionais de saúde.

Esse evento é resultado direto das indicações das duas últimas conferências nacionais e do relatório final da CPI dos Medicamentos, atendendo a uma antiga reivindicação dos segmentos que compõem o Conselho Nacional de Saúde.

EDITORIAL



“Considero legítima a preocupação dos governadores com o ajuste de caixa, mas acho importante que se busquem mecanismos que não comprometam o avanço conquistado em 2000. Ainda mais agora que, pela primeira vez, o Governo Federal está fazendo um enorme esforço para cumprir a Emenda 29 no que diz respeito às suas responsabilidades.”

Em defesa da Saúde

*Humberto Costa
Ministro da Saúde*

O SUS está completando 15 anos. Apesar dos problemas de acesso e mesmo da qualidade de alguns serviços oferecidos à população, são inegáveis os avanços que ele representou e continua representando para

a saúde pública do País. Um modelo que se afirma pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade.

É pois dever do Estado, segundo a Constituição, garantir a saúde de todo brasileiro, tratando de forma desigual os desiguais e respeitando a integralidade de suas demandas. Antes do SUS, faltava ao cidadão um mecanismo legal que lhe garantisse e reconhecesse esses direitos.

Há muito o que avançar com o SUS, e este é um compromisso do Governo Lula, mas suas excelências devem ser reconhecidas. O modelo descentralizado de gestão e financiamento é uma destas excelências, que tem por base a co-responsabilidade dos três entes federativos: a União, os estados e os municípios.

A mais recente e expressiva vitória do SUS se deu com a aprovação da Emenda

29, no ano de 2000, pelo Congresso Nacional. A Emenda vincula recursos do orçamento da União e de estados e municípios a investimentos na área de saúde. Sua aprovação foi resultado de uma ampla mobilização da sociedade civil, parlamentares e gestores da saúde em todo o Brasil.

No recente encontro que tiveram com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, parte dos 27 governadores pediu a desvinculação de 20% dos recursos orçamentários dos estados. A proposta preocupa o Ministério da Saúde porque pode vir a ter uma repercussão negativa nos investimentos dos estados no setor da saúde pública, bem como para a educação. Duas áreas que têm reflexo direto na qualidade de vida dos brasileiros.

Considero legítima a preocupação dos governadores com o ajuste de caixa, mas acho importante que se busquem mecanismos que não comprometam o avanço conquistado em 2000. Ainda mais agora que, pela primeira vez, o governo federal está fazendo um enorme esforço para cumprir a Emenda 29

no que diz respeito às suas responsabilidades.

É demais contraditório o fato de, ao mesmo tempo em que a União garanta mais recursos para a saúde, os estados exijam a redução da aplicação de recursos no setor. Há ainda o agravante de que tal proposta pode abrir o precedente para que os municípios também reivindiquem a desvinculação.

A redução dos investimentos na saúde de estados e municípios não será recebida de forma passiva pela sociedade civil. As pressões que exercerão sobre estados e municípios serão repassadas por estes ao governo federal e os princípios fundamentais da descentralização e da co-responsabilidade, em última instância, poderão ficar comprometidos.

A história do SUS e o compromisso do Governo Lula caminham para o outro lado. O do fortalecimento da descentralização e da responsabilidade partilhada na busca permanente pela melhoria do acesso e da qualidade do atendimento prestado à população.

Plenária aprova recomposição do CNS



FOTO: Luis Oliveira

O Ministro Humberto Costa fala na 132.^a reunião do Conselho Nacional de Saúde

MINISTRO ABRE PLENÁRIA COM ANÁLISE DE CONJUNTURA

O ministro da Saúde, Humberto Costa, em sua participação na plenária do Conselho Nacional de Saúde no dia 2 de julho, fez uma breve análise de conjuntura e marcou para a próxima reunião a apresentação do balanço dos seis meses à frente do Ministério da Saúde.

O primeiro assunto abordado foram os casos do medicamento Celobar e do colírio que provocaram a cegueira e morte de dezenas de pessoas. O Ministro destacou as medidas administrativas e policiais adotadas nesses casos e afirmou que, se comprovada a culpa dos laboratórios, a punição tem que ser exemplar, até mesmo para preservar os demais laboratórios que trabalham com seriedade.

As recentes resoluções publicadas pelo governo federal sobre a regulação de preços dos medicamentos também foram destacadas pelo Ministro Humberto Costa. Por essa medida, os preços dos medicamentos serão con-

trolados e os abusos punidos.

Vários outros assuntos de interesse foram levantados pelo Ministro, como as propostas para conseguir que a prescrição dos medicamentos seja feita pelo nome genérico. Ao final, ele fez uma síntese das ações que deverão ser implantadas nos próximos meses, como a política definitiva para os hospitais universitários, reajuste da tabela do SUS, a expansão do Programa Saúde da Família, entre outros.

APROVADA A RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Após anos de discussões, foi possível, dada a nova conjuntura, concluir a recomposição do Conselho Nacional de Saúde. A conquista foi a implantação da Resolução 33 na composição do CNS, respeitando a paridade de 50% das vagas para usuários, 25% para os trabalhadores da saúde e 25% para gestores e prestadores de serviços.

Essa composição vale a par-

tir de 1.^o de setembro deste ano, até março de 2005. Nesse prazo, deve ocorrer a regulamentação do CNS com a definição de seu processo eleitoral.

PPA EM FOCO

O Conselho Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), promoveram no dia 1.^o de julho um fórum para discutir o Plano Plurianual na Saúde (PPA). A participação de diversos segmentos possibilitou a qualidade das propostas.

Ainda nos meses de julho e agosto, o tema continua na pauta do Conselho para avaliação final, aprovação e envio ao Congresso Nacional.

As discussões do PPA procuram promover o desenvolvimento sustentado com equidade social e requer a participação de toda a sociedade brasileira neste momento de transformação por que o País está passando.

Nos estados as discussões estão acontecendo e os trabalhadores e diversas entidades não-governamentais estão inseridos nas discussões. Maiores informações na página da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais: www.abong.org.br.

CONSELHO ESTADUAL DE PERNAMBUCO RECORRE AO CNS

Membros do Conselho Estadual de Saúde de Pernambuco participaram da plenária do dia 2 de julho a fim de solicitar apoio do CNS contra as mudanças na legislação aprovada pela Assembleia Legislativa daquele estado, que retirou o caráter deliberativo do Conselho sobre as políticas de saúde.

O plenário decidiu por formar uma comissão para apoiar a promoção de uma audiência pública específica para esse tema naquele Estado e que pudesse estar se reunindo com o secretário de Saúde, deputados estaduais e Ministério Público para ajudar a superar esse impasse.

RESOLUÇÕES

CNS SUSPENDE ABERTURA DE NOVOS CURSOS

Os conselheiros nacionais de saúde aprovaram uma resolução definindo a suspensão da abertura de novos cursos na área de saúde por 180 dias, tanto pelo Ministério da Saúde como da Educação. A suspensão atinge inclusive os processos já em andamento no Conselho Nacional de Saúde.

O objetivo é criar um grupo de trabalho intersetorial, envol-

vendo os dois Ministérios e entidades da sociedade civil, para fazer um estudo sobre a situação atual do ensino oferecido e elaborar critérios para aprovação (ou não) de abertura de novos cursos.

O plenário também aprovou uma recomendação aos Ministérios da Saúde e da Educação para que a aprovação de novos cursos seja uma deliberação conjunta entre os dois Ministérios e a sociedade civil, levando em conta a necessidade de democratizar a educação e formar profissionais com perfil, número e distribuição adequados ao SUS.

DESVINCULAÇÃO DE RECURSOS PODE PREJUDICAR EFETIVAÇÃO DA EC 29

O Plenário do CNS manifestou-se frontalmente contrário às notícias de criação de mecanismos que desvinculam 20% das receitas de impostos e contribuições que seriam destinados aos estados e municípios. A preocupação dos conselheiros é com relação às consequências sobre as áreas sociais, uma vez que essa desvinculação significaria uma perda de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões para a área de saúde nos estados e municípios. Foi aprovada uma moção e enviada ao Congresso Nacional.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA RECOMENDAÇÃO 001, DE 16 DE JULHO DE 2003

Em função da antecipação da 12.^a Conferência Nacional de Saúde para dezembro de 2003, o plenário da CICT decidiu transferir a realização da II Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde para maio de 2004.

AGENDA

VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA DA ABRASCO - Congresso da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO). Data: de 29 de julho a 2 de agosto - Local: Universidade de Brasília - UnB. O CNS participará com a organização de uma Oficina e Painel sobre os desafios da efetivação do Controle Social no SUS, nos dias 29 e 30 de julho.

PRÉ-CONFERÊNCIA DO SEGMENTO DE USUÁRIOS DO PARANÁ - Data: 26 e 27 de julho - Tema da Palestra: Financiamento, enfocando a EC 29 - Local: Londrina (PR).

ENCONTRO AMAZÔNICO DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE - Data: 1.^o, 2 e 3 de agosto. Local: Belém (PA).

Reuniões do CNS

REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE DO ÍNDIO - CISI - Data: 15 e 16 de julho - Local: Plenário CNS.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNS - Data 17 e 18 de julho - Local: San Marco Hotel - Brasília (DF)

REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CICT - Data: 23 de julho - Local: CNS.

REUNIÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - CISAMA - Data: 22 e 23 de julho - Local: CNS.

REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP - Data: 30 e 31 de julho - Local: CNS.

Conferência Nacional de Saúde Etapas Estaduais

Acre	23 a 26	de setembro
Amazonas	7 a 10	de agosto
Ceará	16 a 17	de julho
Pernambuco	5 a 8	de novembro
Paraná	24, 25 e 26	de outubro
Rio de Janeiro	15 a 19	de outubro
Rondônia	14, 15 e 16	de outubro
Pará	27 a 30	de setembro
Piauí	8, 9 e 10	de outubro

Opinião

**Saúde:
um direito de
todos e dever
do Estado –
a saúde que
temos, o SUS
que queremos**



Luiz Odorico de Andrade
Presidente do Conasems

O fato de estarmos às vésperas da realização da 12.^a Conferência Nacional de Saúde, pareceu-me conveniente, e até necessário, vir a público para conclamar todos os secretários municipais de Saúde do País a orga-

nizarem suas Conferências que revestem-se de especial significado na medida em que governo, usuários e profissionais de saúde propõem o aprimoramento da estrutura sanitária dos municípios e a condução de uma política municipal de saúde capaz de atender às necessidades do nosso povo.

A intenção do Conasems é de contribuir para que os gestores repliquem as Conferências em seus municípios, colocando em debate a temática da nacional “Saúde: um direito de todos e dever do Estado – a saúde que temos, o SUS que queremos”, prevista para acontecer entre os dias 7 e 11 de dezembro deste ano, em Brasília (DF). Esperamos assim, que a reforma sanitária projetada alcance seus objetivos de descentralizar as ações de saúde, de modo a criar uma estrutura sanitária verdadeiramente nacional e flexível o bastante para adequar-se à realidade nacional.

Enquanto gestores municipais, temos o compromisso de estimular a participação popular para efetivar o verdadeiro controle social no SUS.

Luiz Odorico de Andrade
Presidente do Conasems

12.^a Conferência Nacional de Saúde

A convocação da 12.^a Conferência Nacional de Saúde constitui-se em importante marco do controle social frente aos desafios enfrentados pela sociedade brasileira para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), fortalecendo seus conceitos básicos de igualdade, universalidade, qualidade e acessibilidade.

A proposição de se antecipar a realização da Conferência Nacional é para que os anseios do povo possam estar em consonância com o ritmo de trabalho necessário à implementação da política de governo na gestão do SUS.

Torna-se evidente também a orientação do governo de valorização do processo democrático popular na apropriação de Políticas Públicas que garantam a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, em especial, daqueles que historicamente não eram contemplados pelos projetos governamentais.

Carlos Alberto dos Santos
Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais
Conselho Municipal de Saúde de Betim (MG)

Temas a serem debatidos nas próximas reuniões

- 12.^a Conferência Nacional de Saúde
- I Conferência Nacional de Produção de Medicamentos e Assistência Farmacêutica
- Balanço semestral das atividades do CNS
- Diretrizes para regulamentação da Emenda Constitucional 29
- Programa Fome Zero
- Informações da tripartite/Saúde do DF
- Humanização dos serviços de saúde
- Informe do Seminário da CISAMA
- Comissão de Saúde e Meio Ambiente
- Plano Plurianual

Obs.: pauta das reuniões a ser definida

Nota

Iniciamos com essa edição do nosso Boletim uma nova etapa na busca de uma efetiva e eficiente comunicação entre todos que desenvolvem o universo de construção do Controle Social, através dos Conselhos. Os (as) Conselheiros (as) municipais, estaduais e nacionais, podem ter mensalmente esse espaço valioso para opinar, se informar, contribuindo para que possamos avançar na busca incansável em defesa da saúde, do SUS e do Controle Social.

SAÚDE SUPLEMENTAR ESTÁ NA PAUTA DO CNS

O Conselho Nacional de Saúde, juntamente com o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é um dos coordenadores do Fórum de Saúde Suplementar, convocado pelo Ministro da Saúde, Humberto Costa.

O Fórum pretende identificar os avanços e os pontos críticos da regulamentação dos planos de saúde, que completou cinco anos em junho de 2003, desde a edição da Lei n.º 9.656, de 1998. Na sua primeira etapa, de 25 a 27 de junho em Brasília, representantes de

todos os segmentos – gestores do SUS, usuários, consumidores, prestadores de serviços e operadoras de planos de saúde – puderam emitir sua opinião e apontar possíveis consensos sobre temas como: o direito à saúde; a relação dos planos de saúde com o SUS; a diversidade das operadoras; o financiamento do setor; a política de reajuste de preços de mensalidades de planos; o modelo da regulação; o papel da ANS e sua relação com as instâncias do SUS, incluindo o CNS; dentre outros.

A segunda etapa está prevista para acontecer nos dias 4 e 5 de agosto e a terceira etapa no dia 9 de setembro. De acordo com o Ministro Humberto Costa, a intenção do Fórum é “promover um grande pacto onde todos possam ceder um pouco, para que o sistema de saúde saia ganhando”.

CPI dos planos de saúde




O CNS também está acompanhando de perto a CPI dos planos de saúde, que foi instalada pela Câmara Federal no dia 10 de junho, com a finalidade de “investigar denúncias de irregularidades na prestação de ser-

viços por empresas e instituições privadas de planos de saúde”. O requerimento que pediu a instauração da CPI é de autoria do deputado Henrique Fontana (PT-RS) e baseou-se em relatório do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Os trabalhos da CPI devem durar 120 dias, colhendo denúncias e ouvindo usuários, médicos, prestadores, empresas de planos de saúde, Ministério da Saúde e ANS. O relatório final deve apontar para as mudanças necessárias na legislação.

Mais informações sobre a composição da CPI e o cronograma de audiências estão disponíveis no site:

<http://www.camara.gov.br>

EXPEDIENTE	BOLETIM DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE	EDIÇÃO	INFORMAÇÕES	PRODUÇÃO	
	Publicação mensal – Ano 4 - Número: 29 - julho - 2003 – Jornalista Responsável: Sílvia Alves - RP-2030-DF – Repórter: Verbena Melo – Tiragem: 12000 Exemplares Periodicidade: Mensal	Conselho Nacional de Saúde – Secretaria Executiva – Equipe de Comunicação – Projeto Gráfico: Fabiano Bastos e Sérgio Ferreira – Editoração: Fabiano Bastos e Sérgio Ferreira – Revisão: Mara Pamplona – Impressão, Acabamento e Distribuição: Editora MS	Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1.º andar, Salas 128 a 147 CEP: 70058-900 - Brasília, DF Fones: (61) 315-2560, 315-2150, 315-2151 Fax: (61) 315-2414, 315-2472 E-mail: cns@saude.gov.br Home-Page: conselho.saude.gov.br	Editora MS/Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE/MS – Endereço: SIA, Trecho 4, Lotes 540/610, Brasília-DF, CEP 71200-040, Fone: (61) 233 1774, Fax: (61) 233 9558 E-mail: editora.ms@saude.gov.br	 Conselho Nacional de Saúde  Ministério da Saúde  BRASIL UM PAÍS DE TODOS